

MULHERES ÀS URNAS: CIDADANIA FEMININA NAS PÁGINAS DA REVISTA DA SEMANA (1931-1933)

WOMEN AT THE BALLOT BOX: WOMEN'S CITIZENSHIP IN THE PAGES OF REVISTA DA SEMANA (1931-1933)

Nielly da Silva Pastelletto¹
Tatiana Vargas Maia²

Resumo: Este artigo busca analisar a discussão sobre a cidadania feminina no Brasil nos primeiros anos da década de 1930, por meio da promulgação da reforma eleitoral que possibilitou o voto feminino bem como o pleito para formação da Assembleia Constituinte de 1933, primeira eleição que contou com a participação das mulheres brasileiras. Para isto, utilizaremos como fonte a *Revista da Semana*, periódico do Rio de Janeiro destinado ao público feminino que publicou diversas matérias sobre a então novidade nas urnas.

Palavras-chave: Cidadania. Voto. *Revista da Semana*.

Abstract: his article seeks to analyze the discussion regarding women's citizenship in Brazil in the early 1930s, through the promulgation of the electoral reform that made possible the female vote, as well as the election for the Constituent Assembly of 1933, the first election that counted on the participation of Brazilian women. In order to do this, we will use as source the *Revista da Semana* [Magazine of the Week], a periodical from Rio de Janeiro for the female audience that published several stories about the novelty at the ballot box.

Keywords: Citizenship. Vote. *Revista da Semana*.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender como o sufrágio feminino conquistado no ano de 1932, a partir da reforma eleitoral promulgada pelo governo do Getúlio Vargas, influenciou a composição da cidadania das mulheres brasileiras. Para compreender este processo, se utilizará os conteúdos reunidos no periódico *Revista da Semana*, tendo em vista seu rico material e por figurar entre os principais meios de comunicação destinados para o público feminino na primeira metade do século XX na cidade do Rio de Janeiro, capital federal do período. Com isso se pretende-se verificar como o próprio periódico noticiava as novidades referente a essa nova etapa da política nacional, visando identificar como a sociedade assimilou essa modernidade. Dessa forma, busca-se identificar quais os aspectos foram relacionados no discurso de cidadania e sublinhar o posicionamento feminino frente aos

¹ Licenciada em História pela Universidade La Salle, Bacharelada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: niellyspastelletto@gmail.com.

² Doutora em Ciência Política pela Southern Illinois University, Mestra em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bacharela em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bacharela em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: vargasmaia@gmail.com.

acontecimentos, os anseios e as expectativas relacionados à abertura política recém conquistada.

Ao se falar da história das mulheres, é necessário, primeiramente, compreender sobre quais mulheres estamos falando, uma vez que se deve reconhecer a pluralidade deste grupo, no tocante ao seu estrato social, recortes étnico-raciais, de orientação sexual, nacionalidade, entre outros. Para a construção deste trabalho, a análise será realizada em cima de um grupo de mulheres com características distintas, tendo sido elas majoritariamente do meio urbano, com relações ou pertencentes a um ambiente que envolve burocracia governamental, dispondo de uma rede de contatos influentes no ambiente político, fazendo parte em sua maioria de um círculo com poder econômico que lhes proporciona a possibilidade de continuar seus estudos para além do ensino básico (HAHNER, 2003). Nesse sentido, o presente estudo possui como foco de análise um grupo privilegiado das mulheres brasileiras do início do século XX, aquelas que estavam efetivamente habilitadas para questionar sua exclusão política e alterar o acesso que possuíam à esfera pública. Aqui, inclusive pela questão das características das fontes consultadas, ficam excluídas as falas das mulheres negras, trabalhadoras da área fabril, pobres, de áreas rurais, tornando-se possível questionar sobre quais as mulheres do século XX que constituíram o grupo que fez do século XX o século das mulheres. Levando em consideração este recorte específico sobre as mulheres com condições sociais e políticas, se faz importante ressaltar que a saída destas do espaço privado para o público, se tornou possível mediante suas funções domésticas terem sido assumidas por outras mulheres na função de empregadas domésticas³.

Tendo em vista este deslocamento da mulher para o espaço público apenas no início do século XX, suas histórias não fizeram parte da historiografia tradicional. O paradigma historiográfico manteve-se concentrado nas esferas do domínio político e público, ambientes profundamente marcados por delimitações de gênero⁴, sendo eles hegemonicamente masculinos, lançando assim ao esquecimento tudo que dele fosse alheio, configurando o que Michelle Perrot (2007, p. 17) se referiu como o silêncio das fontes. Mesmo fazendo parte das obras de arte e literatura, foram sempre retratadas através do olhar masculino, sendo seres de

³ Para maiores informações sobre o aumento do trabalho doméstico e no espaço público, ver June Hahner (2003, p. 226-227).

⁴ Marc Bloch (2001, p. 51-52) escreveu ao final de sua vida o que acreditava ser o ofício do historiador, nomeando o primeiro capítulo de seu livro como “A história, os homens e o tempo”, classificando a disciplina como a “ciência do homem no tempo”. Este exemplo pontual pode ser usado para evidenciar o sistemático silenciamento das mulheres da historiografia, seja como agentes históricas ou historiadoras, denunciando a escrita de uma ciência elaborada por homens, sobre homens e seus feitos ao longo dos tempos.

mera representação, e obtendo seu acesso à escrita sufocado, se comparado aos homens, poucos são os seus registros escritos.

Mesmo com a revolução causada pelo surgimento da escola dos Annales, alguns anos mais foram necessários para que de fato as mulheres fossem incluídas nas discussões, assim rompendo o silenciamento que sempre lhe foi imposto. O aumento do número de trabalhos que abordam a temática da história das mulheres se deu concomitantemente com a sua incorporação no ambiente acadêmico e profissional. Esses trabalhos não se detiveram apenas em agregar o elemento feminino em suas narrativas, mas também a proporcionar uma ampliação do leque temático de estudos propostos, reconfigurando assim a própria historiografia e o fazer histórico.

Por isso, reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros”, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. [...] E, mais fundamentalmente, desafia tanto a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e à presença intrínseca do objeto da história - o Homem universal. (SCOTT, 1992, p. 76-77)

Sob este aspecto Margareth Rago (1995, p. 84) afirma que “esta inclusão significou enveredar por outros campos temáticos e buscar novas referências metodológicas”. Em meio a esta reforma teórica e metodológica destacam-se duas em especial, para além da própria história das mulheres, que serão imprescindíveis para a realização deste trabalho: o conceito de cidadania e a utilização de novas fontes, no caso em questão periódicos.

Jaime Pinsky (2008, p. 09-10) define que ser cidadão é ter assegurado seus direitos civis (liberdade, igualdade, propriedade), políticos (votar, ser votado) e sociais (educação, saúde, salário justo), configurando assim a cidadania como o exercício de todos estes direitos. Contudo esta definição é mais complexa que isto, uma vez que se trata de um conceito histórico, tendo variações de acordo com o tempo e espaço no qual o investigamos, assim a delimitação de quem poderia ser um cidadão e quais seriam seus direitos e deveres em um Estado europeu do século XII não será a mesma para o Brasil no século XXI, por exemplo. A história da cidadania moderna contou com dois grandes marcos históricos que romperam drasticamente com a ordem política vigente até então: a Revolução Americana (1775-1783) e a Revolução Francesa (1789-1799). Mesmo com um oceano separando-os, ambos movimentos substituíram “a monarquia por uma nova ordem baseada em direito natural do homem e num tipo de governo que necessitava do consentimento dos seus congêneres, ou de pelo menos parte deles, para ser aceito” (KARAWAJCZK, 2014, p. 41).

Embora se apresentassem como movimentos que buscavam igualdade e poder aos indivíduos, marcados pela expressão *liberdade, igualdade e fraternidade*, a exclusão foi uma constante nestes eventos. Independente da participação ativa das mulheres desde sua gênese, seja mantendo a família e propriedades, organizando atos cívicos ou participação na Queda da Bastilha ou na Marcha até Versalhes, elas não foram incluídas na categoria de cidadãos⁵, não obtiveram os mesmos direitos de seus companheiros de luta. Mesmo com esse sucesso parcial, essas revoluções serviram como divisor de águas para a história das mulheres, uma vez que despontaram como precursores de questionamentos da diferenciação entre gêneros (PINSKY, PEDRO, 2008, p. 268-269).

Entres as mulheres que se opunham a essa exclusão latente do período, duas autoras ganharam notoriedade por suas críticas incisivas a ordem estabelecida, Olympe de Gouges (1748-1793) dramaturga francesa que responde a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* de 1789 com a elaboração da *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* publicada apenas dois anos depois, onde denunciava a exclusão feminina da carta que guiava a nação francesa pós revolução, tendo em vista que esta não estendia os direitos às mulheres. A repercussão da publicação de Olympe lhe sentenciou a morrer guilhotinada, revelando a longa trajetória que ainda seria necessária para a conquista dos direitos civis e políticos das mulheres.

A abolicionista inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), publicou o livro *Reivindicação dos direitos da mulher*, em 1792, no qual abordou questões como acesso à educação e direitos políticos, defendendo a liberdade emocional e financeira feminina, mostrando seu posicionamento para com a igreja, rei e o exército, afirma que “toda a profissão cujo poder consiste em uma grande subordinação de cargos é altamente prejudicial à moralidade” (2016, p. 36).

Duas mulheres que desafiaram as regras da sociedade onde viviam em busca de concretizar seus ideais, nas palavras de Maria Lygia de Moraes, (2016, p. 09) “Ambas, à sua maneira, ousaram contestar o discurso dominante em que se apoiava a subordinação da mulher ao homem como um dado da natureza.” abrindo um caminho que até hoje é trilhado por todo o mundo e muito ainda deverá ser feito para sua conclusão.

2 OS CAMINHOS DO VOTO

⁵ Outras parcelas da população estavam à margem da cidadania, como os escravizados negros e a população indígena.

Pinsky (2008, p. 10) define cidadania como sendo “na sua acepção mais ampla [...] a expressão concreta do exercício da democracia”, tendo em vista que a democracia liberal moderna se dá através de um sistema eleitoral onde representantes são definidos por meio do voto individual de cada cidadã e cidadão, o acesso e direito a este dispositivo se torna fundamental para fazer do voto um de seus pilares. Para a compreensão de como se deu a luta para que as mulheres pudessem figurar entre os agentes políticas no Brasil, é importante identificar os movimentos feministas ao redor do mundo que serviram de exemplos para as ativistas brasileiras⁶.

As últimas décadas do século XIX, com a chamada Revolução Econômica, representam um momento decisivo para as dinâmicas aqui apresentadas, tendo em vista que a intensa industrialização no território europeu (HOBSBAWM, 2003, p. 278-279) provocou a saída das mulheres da esfera privada, posto que até então trabalhavam majoritariamente com a agricultura ou em indústrias domésticas. Todavia, essa alteração não assegurou uma liberdade econômica das mulheres, já que o trabalho feminino e infantil era mal remunerado por ser considerado como renda complementar a do provedor da casa, invariavelmente o homem⁷.

O grupo de mulheres que mais fortemente foi afetado por essa e outras mudanças, foram as da classe média e operárias, uma vez que tecnologias e estruturas foram reconfigurados e “alteravam e aumentavam consideravelmente a perspectiva feminina de emprego assalariado” (HOBSBAWM, 2003, p. 280), ficando as mulheres camponesas e aquelas que trabalhavam com pequenos artesanatos à margem desta modificação.

A Primeira Guerra Mundial teve fundamental importância para a expansão da mão de obra feminina, principalmente no setor industrial, visto que a força de trabalho masculina foi destinada para as linhas de combate. Para além desta defasagem foi necessário intensificar o trabalho nas fábricas responsáveis pela produção de materiais destinados à guerra. Como efeito, muitas das justificativas utilizadas para o cerceamento feminino no ambiente privado, como sua vocação quase que exclusiva a maternidade, desmoronaram (PINKSY; PRADO, 2008, p. 295).

Para Hahner (2003, p. 268) outro fator que foi desencadeado pela eclosão da Primeira Guerra foi a fome, uma vez que o Brasil, aliado da Tríplice Aliança, destinou grande parte da

⁶ Os exemplos serão apresentados de forma breve, uma vez que não são o objetivo deste trabalho.

⁷ June Hahner (2003, p. 223) traz dados sobre essa disparidade salarial entre homens e mulheres adultos nos anos 20 baseado em suas rendas diárias. O número de pessoas adultas empregadas que ganhavam entre 2\$900 ou menos tinha uma proporção de 2.129 homens para 3.268 mulheres; indo para o extremo oposto da tabela, com renda de 6\$000 até 7\$900 o total de homens vai 9.893 e mulheres 2.006, demonstrando a clara diferença salarial entre os gêneros que a autora conclui como sendo a média salarial feminina de 4\$600, enquanto a masculina 6\$900.

sua produção de alimentos como açúcar, carne e arroz para a guerra, causando a diminuição da disponibilidade destes para os brasileiros. Somando a fome com os baixos salários, a classe trabalhadora tornou-se ainda mais vulnerável, o que a aproximou de movimentos como o anarquismo e socialismo, causando grande agitação política, consequentemente aumentando o número de interessados nas causas sociais.

Inspiradas pela revolução econômica e pela eclosão das transformações do pós-guerra, as organizações femininas articularam-se ainda mais para obtenção de direitos igualitários, em especial nos EUA e Inglaterra, onde houve uma maior adesão a esse movimento, ainda que limitada à classe média. A Inglaterra, em especial, foi palco das manifestações mais enérgicas do período, como quebra de vidros, greves de fome e suicídios políticos. A partir da atuação de todas essas forças, o direito ao voto foi estendido às mulheres, principalmente em países da Europa, logo após o término da I Guerra Mundial, mesmo que em alguns locais o fosse feito perante diversas restrições, como a necessidade de ser casada, idade, entre outros⁸ (PINKSY; PRADO, 2008, p. 295).

Incluídas nesse cenário mundial de reivindicação por direitos, as brasileiras também travavam suas batalhas, ainda que obtendo seus resultados posteriormente a suas correligionárias norte-americanas e inglesas. As primeiras décadas do século XX foram de intensa agitação política e social no Brasil, marcadas pelo surgimento de diversas vertentes e pensamentos políticos.

Inserido no sistema internacional abalado pela crise de 1929, o Brasil se viu com um excedente agrícola sem mercado, principalmente o mercado externo que era destinatário predominante dos produtos aqui produzidos. Nesse contexto, o governo provisório, personificado na figura de Getúlio Vargas, encontra uma justificativa econômica para a consolidação de um sistema político centralizador (SKIDMORE, 1998, p. 155). Ainda no ano de 1930, o governo toma medidas para a concretização da implantação desse sistema centralizador, chegando a assumir “não só o Poder Executivo como o Legislativo, ao dissolver o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais”, e nomeando interventores estaduais em substituição aos governadores de estado, mantendo apenas o cargo no estado de Minas Gerais, além de diversas outras sanções aos poderes estaduais (FAUSTO, 1995, p. 333).

⁸ Mediante a diferença das datas de obtenção do direito ao voto, podemos compreender a disparidade entre alguns países, sendo o primeiro a Nova Zelândia - 1893, Inglaterra - 1918 (com restrições); EUA - 1920; Brasil - 1932; Portugal - 1976 (KARAWCJZK, 2013; PEDRO, PINSKY, 2008).

Entre as modificações instauradas por Getúlio Vargas ainda no período provisório que impactaram diretamente as lutas feministas se destacam a política trabalhista e a reforma eleitoral. Estas duas reformas foram ao encontro de muitas das pautas que eram levantadas dentro das organizações femininas, como busca por melhores condições de trabalho, moralização da política e, claro, sufrágio feminino.

Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, diversas leis foram promulgadas com a finalidade de garantir novos direitos a classe trabalhadora. Alterações na legislação, como a normatização sobre o limite da jornada de trabalho, instituída em oito horas diárias, e a regulamentação do trabalho feminino e infantil, representaram uma vitória para as mulheres que sofriam com uma carga que chegava a 16 horas por dia trabalhado, sendo ignorado nesse cálculo o número de horas destinado aos cuidados com a casa e a família (MORAES, 2008, p. 507). Porém, uma significativa parcela das mulheres trabalhadoras estava à margem dessa nova legislação já que seu trabalho não se dava nos centros urbanos,

Porém, como somente as operárias foram “protegidas” por essas leis, as mulheres que trabalhavam em casa, [...] no serviço doméstico ou no campo permaneceram sem regulamentação, sujeitas à exploração maior de sua força de trabalho (PEDRO, PINSKY, 2008, p. 282).

A reforma eleitoral foi elaborada com o intento de efetuar uma moralização na política nacional calcada no coronelismo regida pelo voto de cabresto⁹, fomentando um jogo de cartas marcadas que mantinha a antiga oligarquia no poder. Para dissolver esse poder o decreto 20.076 de fevereiro de 1932 instituiu uma série de novas modificações, incluindo a criação da Justiça Eleitoral, sendo centrado neste órgão todo o processo eleitoral. Também ficou definido o sigilo do voto - o que era visto como fundamental para atingir esse novo modelo austero de política (CAJADO; DORNELLES; PEREIRA, 2014, p. 34). Através desta reformulação, Fausto salienta que foi estendido o direito ao voto para as brasileiras, uma vez que promulga que seriam eleitores todos os brasileiros maiores de 21 *sem distinção de sexo*¹⁰, e ainda sobre a participação feminina ressalta que

[...] o princípio que orientou sua admissão à cidadania política foi evolutivo, ou seja, concedia-se o direito de voto à mulher *sui juris* (solteira, viúva, separada ou abandonada) e que tivesse economia própria (casada). (FAUSTO, 1981, p. 16)

⁹ [...] o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra [...] Desse compromisso fundamental resulta as características secundárias do sistema “coronista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais. (LEAL, 1975, p. 20)

¹⁰ Porém o código ainda excluía os analfabetos, o que além de representar uma grande parte da população, infligiu um peso ainda maior para as mulheres, cujo acesso à educação era ainda mais restrito.

Desta forma pode-se perceber que o sufrágio feminino não foi adquirido pela totalidade das mulheres, havendo uma série de requisitos que se fariam necessários para efetivação desse direito, além dos já impostos ao restante da população, como a alfabetização.

Bóris Fausto (1981, p. 03-04) define uma constituinte como sendo “uma assembleia eleita para organizar, com poderes soberanos, toda a vida política de uma nação” sendo o seu objetivo a “restauração da legalidade e da legitimidade do poder, fazendo-o passar de um poder de fato, de um regime de força, a um poder de direito, a um regime legal”. O chamamento para a assembleia constituinte foi ponto fundamental para tentativa de consolidação do governo de Getúlio de Vargas.

Com um passado semelhante ao das mulheres europeias, as brasileiras de classe média também construíram associações que pugnavam a favor da libertação dos escravizados, responsáveis por muitos impressos, costumeiramente correlacionando suas pautas com as mais diversas necessidades sociais de seu tempo (MORAES, 2008, p. 506). Já no século XX a luta feminista brasileira é dividida em três vertentes distintas: a primeira é centrada na busca por direitos políticos, sem alteração das relações de gênero; a segunda, chamada de feminismo difuso, devido à amplitude das pautas levantadas, abordava também questões como divórcio, sexualidade e educação; por fim a terceira vertente estava ligada a movimentos anarquistas e comunistas que defendiam uma liberação total das mulheres, refletindo sobre a participação das mulheres da classe trabalhadora e suas pautas acerca da exploração do trabalho feminino (PINTO, 2003, p. 14-15).

Todavia, as mobilizações que foram efetuadas no Brasil tiveram um caráter bem distinto de países como a Inglaterra, tendo sua gênese ainda no século XIX com solicitações esporádicas de mulheres que usavam a brecha aberta na Constituição de 1891 que declarava que seriam eleitores maiores de 21 anos, sem discriminar o gênero.

Nos primeiros anos do século XX a primeira vertente feminista, em especial, foi reconhecida como sendo um ‘feminismo comportado’. Para Céli Pinto (2003, p.15-17), muito disso se deve ao fato de as participantes do movimento serem oriundas de famílias que contavam com um alto nível de erudição, o que permitiu que suas filhas, mesmo sendo criadas em um ambiente familiar tradicional, oportunizassem viver ambientes distintos.

A personificação das mulheres que empreendiam esforços ‘comportados’¹¹, em busca da cidadania política feminina foi Bertha Lutz. Bióloga formada em Paris, filha de mãe enfermeira e pai médico, que ao ocupar o cargo de secretária no Museu Nacional na cidade do

¹¹ Também compreendido como ações que não desafiavam a ordem ou a moral (HAHNER, 2003, p. 277).

Rio de Janeiro, torna-se a segunda brasileira a ocupar um cargo no funcionalismo público nacional, sendo também a fundadora da *Liga para a Emancipação Intelectual Feminina* (KARAWAJCZYK, 2013, p. 163).

A *Liga para a Emancipação Intelectual Feminina* é um dos movimentos marcantes do período dado sua organização a atuação na sociedade, teve seu nome mudado após três anos de existência para *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPB)*, continuando sob a direção Bertha Lutz. Um dos aspectos que deve ser levado em consideração no feminismo brasileiro é a influência que a Igreja Católica exerceu, sobretudo, na FBPB, sob a forma da *Liga das Senhoras Católicas*, contribuindo assim para a manutenção do “feminismo comportado”. Mesmo havendo um choque de ideias entre as duas associações, após uma intensa troca de correspondências que culminam em alinhamento de algumas questões conflituosas, chega-se a um ponto comum, sendo que

Tal mudança só foi possível devido à ação estratégica de Bertha Lutz no sentido de não seguir antagonizando publicamente a Igreja Católica e de saber articular, de maneira habilidosa, algumas das mudanças específicas relacionadas à compreensão do papel social da mulher no interior desta instituição. (KARAWAJCZYK; MAIA, 2016, p. 104)

Assim é possível perceber que o feminismo brasileiro ‘comportado’ foi influenciado por diversas forças atuantes na sociedade, desde a luta pelo sufrágio no exterior, forças religiosas nacionais e o momento político efervescente no qual o país se encontrava. Demonstrando que a conquista do sufrágio foi articulada por meio de uma série de ações políticas das ativistas brasileiras que se mobilizaram em prol do voto feminino por razões diversas, evidenciando a multiplicidade de desejos e aspirações das mulheres brasileiras.

3 A IMPRENSA E A REVISTA DA SEMANA

As décadas iniciais do século XX serviram de palco para diversas inovações tecnológicas de grande relevância, entre elas a evolução do maquinário necessário para a reprodução de materiais impressos de forma massiva. De acordo com Tânia de Luca (2012, p. 103), foi neste período que a imprensa se tornou um negócio, havendo uma especialização dos envolvidos, aumento de tiragem e número de folhas, promovendo também um acréscimo visual nos materiais.

Como colocado anteriormente, o período aqui proposto foi de grandes entraves e modificações no campo político, o que aumentou as mudanças de apoio da imprensa, conforme as reverberações neste cenário. Pode-se citar como exemplo dentro da década de 30

o ocorrido com o *Diário Carioca*, que inicialmente defendia deposição de Washington Luiz, mas após o início do Governo Provisório, muda seu posicionamento. Em represália houve a invasão e destruição da redação do periódico, causando comoção entre os periódicos no dia posterior (LUCA, 2012, p. 100-115).

A *Revista da Semana* perpassou por todo este processo, porém sua história começou alguns anos antes. A revista teve sua estreia no dia 20 de maio de 1900, na então capital federal, Rio de Janeiro, fundada por Álvaro Tefé como um suplemento do *Jornal do Brasil*, porém quinze anos mais tarde desvinculou-se do jornal e ganhou uma nova roupagem, que inclui um texto mais político, social e feminino (MOURA, 2011, p. 05).

O periódico contava com uma tiragem semanal, com o custo unitário em 1932 no valor de 1\$500, em sua capa no primeiro número trazia o epíteto de “*Fotographias instantaneas, desenhos e caricaturas*”. Na sua apresentação, ainda no primeiro número, a revista é colocada como para todas as classes sociais, sem preferências políticas ou literárias, que almeja levar a seus leitores informações e fotografias de qualidade, definindo-se como “*um orgam de informação, ilustrado e popular*”. Também ganharam destaques nesta apresentação a transmissão de acontecimentos relevantes no cenário internacional, ao mesmo passo que tem espaço as notícias sobre o mundo da moda, bem como contos e romances “*comtanto que a linguagem seja clara, accessivel a todos e o entrecho nada tenha de siquer ligeiramente censuravel debaixo do ponto de vista moral*”.

No que se refere ao perfil feminino que se destinava as revistas femininas do início do século XX Ana Luiza Martins (2001, p. 378) indica ser de “[...] mulher consumidora, informada de produtos em voga, estimulada para sua aquisição, sensível às ofertas do mercado.” Ressaltando também que o mercado destas revistas ou folhetins femininos, em um primeiro momento são pensadas e elaboradas por homens que já trabalhavam com a editoração de revistas ou jornais, vendo no público feminino um grande mercado consumidor a ser explorado.

Casadei (2013, p. 168) destaca a notoriedade que a *Revista da Semana* ganhou ao longos de seus 59 anos de existência, diversificando seu conteúdo baseado em material literário, partindo para um um campo mais informativo e sua cobertura de crimes, além de sua apelo visual utilizando largamente o recurso fotográfico para reconstituição de crimes, por exemplo, valendo-se também de ilustrações para efetuar a cobertura da Primeira Guerra Mundial.

A partir deste leque de possibilidades explorados pelo periódico compreendemos os motivos pelos quais figurou na década de 40 como a segunda revista mais lida no Brasil,

perdendo apenas para a *O Cruzeiro*. Com recursos visuais conseguia atingir uma boa parcela da população que não era alfabetizada, aumentando significativamente o seu público consumidor, conforme análise da cidade do Rio de Janeiro feita por Trevisan

Na época o Rio de Janeiro possuía cerca de 1.900.000 habitantes, dos quais apenas 48,6% eram alfabetizados [...]. De qualquer modo havia um público alfabetizado que poderia consumir essas publicações - e mesmo a parcela não alfabetizada poderia muito bem se entreter com as inúmeras imagens que as recheavam.” (2001, p. 117)

Podemos vislumbrar a magnitude e impacto que a *Revista da Semana* causava na cidade do Rio de Janeiro, desde o seu surgimento que culminaria na sua emancipação do *Jornal do Brasil* até figurar como uma das revistas mais lidas do país. É importante que se ressalte o fato que mesmo sendo um periódico mais acessível às camadas populares, por ter seu acesso facilitado através da utilização das imagens, as sufragistas citadas em suas páginas pertencem a um grupo seletivo e elitista da sociedade brasileira, como podemos observar nos grandes expoentes, como Bertha Lutz, anteriormente mencionada.

Para a elaboração desta comunicação foram elencadas 37 matérias da *Revista da Semana*, sendo o ano de 1932 o que dispõe de maior número de registros com 16 incidências, enquanto nas demais datas, 1931, 1933, foram trabalhadas 07 matérias. Esses números demonstram a repercussão do tema na imprensa nacional no ano em que foi promulgada o novo código eleitoral. Necessário se colocar neste ponto o fato de que não foram analisadas a totalidade dos conteúdos na revista dentro deste período sobre a temática.

Pode-se analisar quais os espaços utilizados pela revista para comunicar os aspectos relacionados ao voto feminino, se encontravam-se em locais de destaque, se eram assinadas, entre outros fatores. A tabela abaixo identifica os locais onde os conteúdos sobre voto feminino são encontrados:

Quadro 1 – Lista de colunas do Revista da Semana

LOCAL	Nº DE CONTEÚDOS
<i>Noticias E Commentarios</i>	01
Conselhos Sociaes	05
Jornal Das Famílias	03
Cronica De Paris	01
Colcha De Retalhos	02
Charge	02
Fotos	02
Entrevista	02

Não Identificadas	22
-------------------	----

Fonte: Autoria própria, 2018.

Deste montante se tem um grande número em locais não identificados na revista, ou seja, não constam em nenhuma coluna específica, tornando-se então difícil de organizá-los em uma concepção única, uma vez que em alguns casos recebem um destaque grande na revista, por vezes ocupando o espaço de uma página; ou em outros casos ocupando alguns poucos parágrafos entre um anúncio e outro.

Uma das dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa diz respeito à autoria das matérias trabalhadas. No total, encontram-se apenas 08 com autoria designada, sendo as entrevistas e charges todas devidamente assinadas. Em uma determinada matéria se encontra uma espécie de pseudônimo *M.E.*, porém, ao longo da escrita não foi possível identificar uma flexão de gênero que indicasse se tratar de uma autora ou autor.

Feitas estas considerações iniciais sobre o conteúdo, se seguirá uma breve análise e descrição, organizadas por ordem cronológica, dos materiais mais relevantes de forma que não fiquem repetitivas as informações, bem como as exceções identificadas que destoam da concepção geral da revista.

Na edição 28 de 1931, a Revista da Semana dedicou seis páginas (15-20) para a causa da emancipação feminina, tendo como carro chefe o acontecimento do II Congresso Internacional Feminista¹². A matéria conta com três grandes fotografias do evento informando local, participantes e dando ênfase para o fato de ter sido saudado em 5 idiomas diferentes, demonstrando sua magnitude, porém não se refere a nenhuma personalidade estrangeira. As próximas duas páginas contam com pequenos textos transcorrendo sobre a emancipação política das mulheres ser um reflexo da sua ocupação em todas as esferas sociais. O material é ricamente ilustrado por diversas fotografias de mulheres posando em diferentes profissões, entre elas a foto da sufragista inglesa Emmeline Pankurst.

Na sequência seguem-se mais fotografias da Exposição do Congresso Feminino e do I Salão Feminino de Artes, e por fim, uma matéria intitulada *A Victoria do Feminismo*, assinada por Maria Eugenia Celso onde afirma que o feminismo brasileiro já era um vencedor por ter oportunizado a emancipação econômica das mulheres, mesmo sem ter sido conquistada com o “estardalhaço combativo de outras nações”. Usando de gancho de críticas rasas disparadas contra o feminismo para retratá-lo como um sinal de desenvolvimento, tendo em vista sua larga adoção nos países tidos como desenvolvidos, citando inclusive um filósofo do qual não

¹² As resoluções deste congresso, assim como do I Congresso Internacional Feminino podem ser acessados em HAHNER, June. *A Mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

traz o nome que teria dito “o feminismo representa, no mundo moderno, o mais admirável esforço colectivo de emancipação de todos os tempos”. O texto é concluído com um convite para a participação dos encontros do Congresso Feminista bem como descreve as sessões dentro deste congresso¹³, descritas como de “alto cunho de espiritualidade e de elevação moralizadora” e ao final do texto leva a assinatura da autora, como que escrita a punho, datado de 18 de junho, nove dias antes da publicação da edição.

Dentro da seção *Noticias e Commentarios* na página 25 da edição 40 de 1931, sob o título de *A Reforma Eleitoral*, fica evidente em um primeiro momento a elaboração de um elogio ao novo código eleitoral, sendo sua demora justificada pelo seu resultado final. Aponta também que o novo código atende as demandas justas do feminismo, descrevendo-o primeiramente no que diz respeito à participação feminina e seguindo sobre os excluídos do processo eleitoral, categorias que dão sentido a nova proposta.

Porém o texto finaliza pondo a conquista das mulheres como parcial, uma vez que a dona de casa, caracterizada como “[...] deusa dos nossos lares; justamente as que, sendo o genio domestico, numenda da familia, base e encanto da vida, cellula da sociedade e nucleo inicial da Patria [...]” não é contemplada, tendo em vista que o código impõe uma série de especificações a serem seguidas para balizar a mulher como eleitora.

A partir destas documentações, verifica-se a preocupação do periódico com a divulgação dos eventos pertinentes à causa feminista, chegando a dedicar seis páginas de uma única edição para esses fins. É observado também a riqueza gráfica já comentada, ficando desta forma compreensível para pessoas analfabetas ao menos o plano de fundo da matéria, uma vez que conta com fotografias das mulheres que coordenam os eventos, assim como fotos do próprio evento. A internacionalização dos discursos também é frequente, tanto no cuidado de ressaltar a saudação em diversos idiomas na abertura do II Congresso Internacional Feminista como justificativa para o feminismo no Brasil, usando de referência o movimento de mulheres em escala não só global, mas principalmente citando países de referência em desenvolvimento.

A reforma eleitoral também já é anunciada, criticada de forma muito sutil quanto a demora para elaboração, mas demonstra otimismo no que se refere a seu resultado. O sufrágio feminino, contudo, é visto como parcial, uma vez que ainda impõe diversas restrições para que todas as mulheres se tornem eleitoras.

¹³ São elencadas as sessões *Protecção às Mães e à Infancia; Mulher ao Lar; Trabalho feminino; Secção da Paz Universal*.

No ano da promulgação da reforma eleitoral, observa-se um grande número de conteúdos sobre o voto feminino, indo desde comparativos de percentuais entre homens e mulheres votantes em outros países, o acompanhamento de conquistas femininas em espaços públicos no exterior, e a cobertura do processo eleitoral.

A página 05 da edição de número 41 veicula o que se seria um estudo estatístico - porém sem citar de onde foram retiradas as informações - das eleições de abril daquele ano, cinco meses antes da edição da revista. A matéria intitulada *O voto feminino em Viena* informa que foram registrados 640.961 votos femininos e 517.347 votos masculinos naquele pleito. O percentual de comparecimentos às urnas mediante as inscrições prévias foi equilibrado ficando a população masculina com 89,6 para cada 100, enquanto as mulheres compareceram na porcentagem de 88,2 para cada 100. Dentro destes votos, a matéria destaca ainda o destino dos votos do povo austríaco, sendo aqui representados respectivamente o voto feminino e masculino. Para o partido social-democrata 56,6 e 60,8; para o partido cristão-social 23,5 e 16,4; partido nacional socialista 16,2 e 18,8 e partido comunista 1,4 e 2,5.

Na edição 41 de 1932, identifica-se um exemplo da cobertura o processo eleitoral, quando metade da página 13 é destinada a fotografias do alistamento eleitoral da cidade do Rio de Janeiro, dando destaque para o número de mulheres - cinco entre dezesseis pessoas - e referindo-se a primeira alistada, Zeyna Moreira Guimarães.

Figura 1 - Alistamento eleitoral na cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: Revista da Semana, 1931, edição 41, p. 13.

Ainda tratando sobre o campo político, a Revista da Semana na sua edição de número 10, destina também metade da página 42 para a matéria *O feminismo vencedor na Espanha*, onde indica que as leis eram criadas por homens e sendo então pensadas para homens, obtendo assim um “defeito de dureza”. Contudo, com a reforma constitucional e a inclusão de artigo que se refere à família, as leis estariam igualando ambos os sexos, definindo que “Se a igualdade de direitos é a redenção espiritual da mulher, a acção proteccionista do Estado é

sua defesa contras as crueldades materiaes da vida.”. Porém as únicas medidas citadas ao longo do texto como conquistada são o seguro maternidade - entendidos aqui como período de repouso entre o último estágio da gravidez até as primeiras semanas - e o sufrágio feminino. Para falar sobre os projetos que ainda estavam pendentes de aprovação, a revista traz a “esquerdista e feminista de toda uma vida” Carmen de Burgos¹⁴ que relata sobre como projetos como divórcio, pena de morte, igualdade dos filhos perante a lei e sufrágio eram causas pelas quais já havia todo um histórico de luta. A escritora afirma que dizer-se a favor destas causas quando as mesmas estão em vias de serem conquistada era fácil, sendo notório a defesa desses ideais no início do século, quando “existiam todos os inconvenientes e nenhuma das vantagens”. Tendo como foco da entrevista o divórcio, Carmen comenta sobre os caminhos que a levaram a defender publicamente o direito ao divórcio, tendo sido partir de uma correspondência pessoal com um amigo que lhe comentou sobre a existência de um “club de mal-casados”, tendo recebido o periódico no qual vinculou a mensagem, *El Diario Universal*, um grande número de cartas a favor da causa. O que lhe levou a questionar personalidade masculinas nas áreas da política e do jornalismo sobre o tema, sendo que os primeiros não lhe responderam, com exceção de um que se posicionava contra a pauta, e os segundos a mesma afirma terem lhe respondido, porém não informa quais as suas opiniões. Infelizmente esta matéria mesmo tratando-se em parte de uma entrevista, não leva o nome de quem a conduziu.

Inserida dentro da coluna *Jornal das Familias*, na edição 49, ao final da página 29, a matéria intitulada *Cruzada nacional de educação politica* tece elogios a FBPF pelas realizações de conferências a fim de demonstrar o empenho feminino em se apropriar do seu “novo papel na politica nacional e como se quer instruir para representa-lo com a maior efficiencia possivel em beneficio da patria.”. O conteúdo aproveita também para contra argumentar a ideia de que o sufrágio feminino traria discórdia aos lares, afirmando que seria motivo de estímulo, uma vez que muitos homens que anteriormente não votavam, teriam vergonha de ver suas esposas provando serem mais patrióticas que eles. O texto, que também não consta informações de autoria, finaliza pondo que a inserção da mulher na arena política inflamaria toda a sociedade com seu entusiasmo, traria um sentimento de união da nação.

A FBPF ganhou destaque também na edição de número 29, ainda no ano de 1932, onde lhe foi destinada toda a página 30, com seu nome em letras garrafais no cabeçalho e uma

¹⁴ Escritora, redatora, pedagoga, tradutora e ativista espanhola pelos direitos da mulher. Já havia contribuído para a Revista da Semana no ano de 1927, edição 07, página 12, escrevendo sobre um artista italiano. Para maiores informações <https://goo.gl/iGUAKP>.

fotografia da presidente da organização, Bertha Lutz, sendo a matéria assinada por Marietta Kendall. O texto inicia quase como uma justificativa dos motivos da matéria, por se acreditar que a organização não é reconhecida como deveria pelas mulheres brasileiras, seguindo com os prêmios ganhos pela instituição, elencados também os sete artigos que determinam os objetivos da Federação.

A matéria traz uma longa lista dos feitos realizados pela FBPF, entre eles a longa luta pelo sufrágio feminino, que através das resoluções do Congresso Internacional Feminista do ano anterior teriam sido aproveitadas para a elaboração de diversas legislações, como o código eleitoral, legislação civil, entre outros. A Federação ainda é apontada como responsável por pleitear a admissão de meninas no Externato do Collegio Pedro II no ano de 1922, assim como teriam reivindicado a equiparação da Escola Normal aos cursos secundários, para fins de admissão em Escolas Superiores, facilitando desta forma a inserção feminina.

São elencadas também as vantagens que as mulheres associadas a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino dispõem, entre elas acesso a biblioteca, uso do telefone, participação das reuniões, etc. Assim como as vantagens já dispostas, são listados os futuros benefícios possíveis com a construção de uma sede própria para a organização. Marietta finaliza sua comunicação apresentando as mulheres que integram a organização da FBPF, desde a presidenta até a tesoureira, elencando ao todo quinze nomes.

Destoando de todas as matérias encontradas nesta pesquisa, as charges assinadas por Raul Pederneiras trazem um conteúdo que ridiculariza a conquista do sufrágio e a capacidade das mulheres em exercer esse direito. A página 28 da edição de número 13 de 1932 conta com cinco imagens sob o título de *O Voto Feminino*. A primeira figura apresenta duas mulheres e logo abaixo o seguinte diálogo: “- Porque não dá seu voto a Dona Polixena? - Veste-se muito mal...”. Outro desenho retrata uma mulher com um vestido curto, abaixo um cão de patas cruzadas que a olha, na sequência os dizeres: “Influencia do figurino no voto a descoberto.”

Figura 2 - Charge assinada por Raul Pederneiras.



Fonte: Revista da Semana, 1932, edição 13, p. 28.

A coluna *Cronica de Paris* é ricamente ilustrada com imagens de mulheres em vestidos longos, na edição 27, página 08. Em meio a uma coluna de moda e costura, é possível perceber como a revista relaciona esse assunto estritamente feminino com questões sobre patriotismo. A matéria afirma que as cores azul e vermelho estariam na moda, uma vez que são as cores da bandeira da França e estariam as francesas demonstrando em seu vestuário seu civismo. Ainda chama a atenção para “certa analogia entre as modas e os movimentos sociaes”, denunciando que as mulheres estariam dispostas a demonstrar o seu patriotismo por todos os meios possíveis, inclusive na sua indumentária.

O ano de 1932 traz uma nova abordagem quanto às matérias relacionadas ao voto feminino. Pela efervescência causada nas capitais com os preparativos para as eleições, os conteúdos se voltam em grande medida para o relato de como se desenrolaram as atividades nas zonas eleitorais que efetuaram o cadastramento dos eleitores, sendo ricamente ilustrado por diversas fotografias. Algumas das notícias também se dedicam a trazer dados internacionais nos números dos eleitorados, dividindo-os entre o número de homens e mulheres, assim como as tendências políticas que obteriam um maior número de votos.

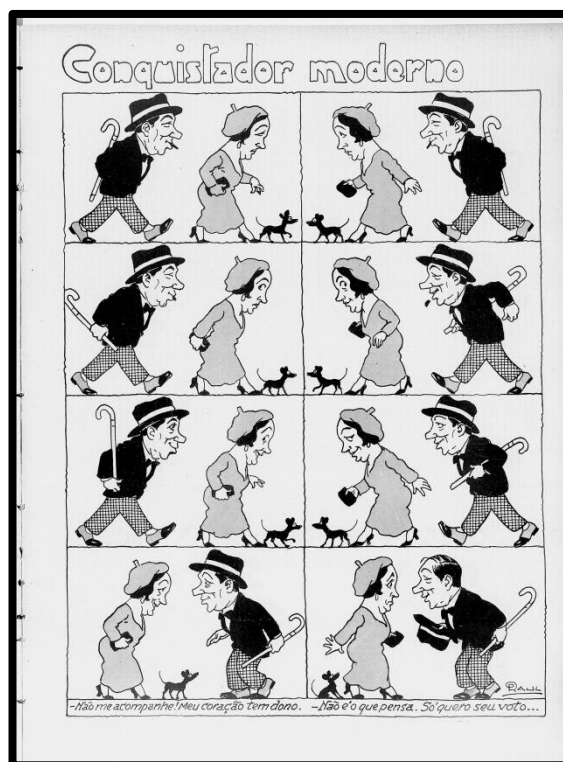
Além da opinião dos autores das matérias, pode-se observar um maior índice de utilização do recurso de entrevistas, onde o entrevistado é uma personalidade balizada de alguma forma, geralmente no âmbito político, que vem confirmar a opinião da matéria. Ainda no que tange grandes personalidades, vemos o destaque dado a FBPF, encarnado na figura de Bertha Lutz, como símbolo da organização feminina brasileira, que de forma ordenada

consegue atingir os objetivos tidos como de todas as mulheres brasileiras, como maior acesso à educação e participação na política institucional do país.

Mesmo com a maioria esmagadora das matérias da Revista da Semana enaltecendo o novo código eleitoral e a revolução das mulheres em busca de uma cidadania, a própria revista identifica que este processo ainda estava em desenvolvimento e muito deveria ser feito em busca da emancipação feminina. Destoando ainda mais dessa visão positiva sobre o pleito, destacam-se os posicionamentos contrários a essa visão positiva da inserção feminina na política, esses posicionamentos podem ser vistos através das ironias do cartunista Raul Pederneiras.

Iniciando as análises do material referente ao ano de 1933, indo ao encontro da charge encontrada no ano anterior, vemos mais um conteúdo gráfico que satiriza o sufrágio feminino que mais uma vez ocupa todo o espaço da página 13 da edição 10. Na charge uma senhora anda na rua cabisbaixa até notar a presença de um homem que a segue, passados quatro quadros, onde a expressão da mulher passa gradativamente a ser de alegria, ela se vira para o homem e transcorre o seguinte diálogo: “Não me acompanhe, meu coração tem dono. - Não é o que você pensa. Só quero seu voto.”

Figura 3 - Charge assinada por Raul Pederneiras.



Fonte: Revista da Semana 1933, edição 10, p. 13.

Além das charges o único material que não apresenta ponto de vista favorável a inserção das mulheres na arena política é uma das listas dispostas na coluna *Colcha de Retalhos* da edição 30, página 29, cujo título é *As sete pragas da atualidade*, que põe em primeiro lugar o voto feminino, seguido respectivamente por amor livre; os que querem “viver a sua vida”; a sede do luxo; a pouca vontade de trabalhar; o companheirismo (entre homem e mulher); os moralistas (que fingem sê-lo). Pelo caráter da coluna ser de pequenos fragmentos, não se pode apreender se foi escrito para ser irônico ou não, assim como também não há assinatura ou contexto possível de enquadrá-lo, porém parte do material da restante coluna constrói uma imagem negativa da mulher, através das falas de pensadores.

A Revista da Semana também publicou o texto escrito por Saul de Navarro, intitulado *O voto de Eva*, ocupando a totalidade da página 18 da edição 22 e sendo ilustrado por três grandes fotografias de eleitoras aguardando o processo eleitoral, votando e outra registrando sua digital. A matéria faz um elogio ao novo processo eleitoral, destacando a grande adesão da população, descrevendo a participação feminina como se movida por uma curiosidade, além de um ato de “nova revelação do seu encanto e um gesto fecundo de beleza cívica: deu ao pleito a graça de sua presença.” Não se detendo apenas em descrever a participação feminina no pleito, mas as próprias mulheres, sendo comparadas a música “adoça os costumes; doméstica as feras, que somos nós, e nos promove a festa dos sentidos.”

Na sequência Navarro descreve as cenas presenciadas nas zonas eleitorais, o aguardo de mais de duas horas para obter senha, isso na primeira seção de Copacabana, indo para o Meyer, que contava com uma zona eleitoral específica para mulheres, onde reuniram-se mais de 400 mulheres. É dado como consequência do sufrágio feminino a troca do voto do cabresto pelo começo do que foi designado pelo escritor como “[...] flirt: namora-se em em segredo e fica-se á espera de apuração. Após uma série de adjetivações sobre as mulheres dos principais estados na nação, resume as eleições em dois atos: o direito político feminino e o voto secreto.

Entre as documentações avaliadas do ano de 1933, percebemos que a Revista da Semana permanece com a publicação das charges irônicas assinadas pelo mesmo cartunista do ano anterior, Raul Pederneiras. Porém, agora somando-se a esse conteúdo que se opõe a visão positiva do pleito, destaca-se o material encontrado na coluna Colcha de Retalhos que elenca o sufrágio feminino como a primeira das sete pragas daquele tempo, mostrando uma crítica incisiva quando a novidade eleitoral.

Se no ano anterior as fotografias foram utilizadas para retratar a movimentação no alistamento eleitoral, o ano de 1933 traz as fotografias e a descrição do dia de votação em alguns dos principais bairros da cidade do Rio de Janeiro. As fotografias mostram mulheres de todas as idades, em grandes e pequenos grupos, no aguardo que segundo o autor da matéria teria levado mais de duas horas de espera.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todos os aspectos mencionados, a pesquisa em questão vislumbra o longo caminho percorrido pelas mulheres na busca por seus direitos políticos, seus avanços e quais elementos ainda hoje se fazem necessários a demanda de esforços, uma vez que até este momento não foram superados. Afinal, dentro do conceito de cidadania aqui trabalhado, as mulheres, bem como outros grupos sociais marginalizados, ainda precisam atingir diversos quesitos para conquistar a quase utópica cidadania.

Mediante as palavras de Bertha Lutz e Carmen de Burgos, se pode verificar que as causas feministas brasileiras remontam de anos antes. Demonstrando esta jornada ao longo das matérias aqui trabalhadas não apenas o duradouro trabalho desenvolvido por associações femininas como a FBPF em prol dos direitos políticos femininos, característico das primeiras décadas do século XX, mas remontam outras causas como a educação de meninas, além de suas solicitações causarem influência direta na legislação do país.

Além do respaldo adquirido pela história de suas demandas, as mulheres que aqui se fazem ouvir demonstram buscar apoio nas trajetórias dos movimentos femininos de todo o mundo, transmitindo suas conquistas e desafios, elucidando assim como suas pautas são recorrentes em todo o mundo, principalmente em países tido como modelo para a nação que aqui se espera construir com o novo modelo político que se desenha.

Esta internacionalização do movimento feminista brasileiro na década de 1930, se deve aos muitos contatos que estas mulheres, de influência política e financeira, obtinham mediante suas viagens ao exterior. Trazendo consigo esses contatos, disseminavam as informações sobre as diversas realidades feminina através dos periódicos nos quais participavam ou editavam. Escrevendo sobre diversos aspectos da vida das mulheres, desde a moda europeia - e suas conexões com a política - porcentagem de votos na Áustria, até conquista paulatina da liberdade das mulheres japonesa.

Esta rede de contatos pode ser analisada através da extensa matéria sobre o II Congresso Internacional Feminista realizado na cidade do Rio de Janeiro, onde o texto destaca que o evento não obteve a cobertura que deveria da mídia nacional. Além de contar um grande número de fotografias das organizadoras do evento e fotos do próprio evento, demonstrando a intenção de reconhecimento pelos leitores da revista, suprimindo essa defasagem de cobertura midiática.

Mesmo a Revista da Semana contando com um conteúdo positivo quanto aos direitos das mulheres, com a temática sendo transversal em diversas pautas e colunas que não tinham política como tema central, destacam-se os argumentos que vão de encontro a este ponto de vista. Os conteúdos aqui analisados, em especial as charges, que demonstram um caráter de oposição, sejam através da ironia ou sátira, são assinadas por um homem, Raul Pederneiras, ficam flutuando sem uma contextualização. Da mesma forma que o trecho da coluna *Colcha de Retalhos*, esta crítica ao voto permanece descontextualizada, além de não ser possível que se compreenda quem tece a crítica, uma vez que não se tem autoria do material.

No que diz respeito às conquistas políticas das mulheres, percebemos que elas próprias veem como parcial suas conquistas, uma vez que ainda ficam sujeitas social e legalmente em diversos aspectos de suas vidas¹⁵. Sendo necessário ressaltarmos que as transformações conquistadas neste período pelo movimento feminista “comportado”, não visava de forma algumas mudanças na estrutura da sociedade, não questionando as relações de gênero vigente.

¹⁵ Tem-se ainda hoje pautas não contempladas quanto a liberdade feminina, como aborto por exemplo e seguem sendo parte da luta feminista contemporânea brasileira, além de diversos países que restringem ainda mais as vidas das mulheres em diversos aspectos.

Pelo contrário, os direitos requisitados pelas mulheres eram solicitados como medida para continuar contribuindo com seus esforços para a edificação de uma pátria renovada. Renovação essa que tinha como cenário o novo quadro político do governo provisório que prometia, em grande medida, retirar o país das mãos das antigas oligarquias que o comandavam e levá-lo a caminho do progresso.

Nas matérias podemos observar como a fala dessas mulheres são permeadas pelo discurso de que suas ações e a obtenção de direitos são para a construção deste novo Brasil. Elas, na condição de mães e mantenedoras, precisam de acesso - principalmente ao campo educacional, umas das principais bandeiras do feminismo da época - para melhor contribuição no lar e na sociedade. Vistas sempre na condição materna, familiar e benevolente, as lutas femininas não são por elas, mas sim pela pátria, em consequência a isso suas lutas abarcam todas as causas sociais. Até mesmo o divórcio, pauta que geradora de grandes debates, é colocado como de estabilidade, uma vez que não seria adequada para as crianças viverem em um lar desarmonioso.

O relato dado por Saul de Navarro deixa clara a constante associação do feminino com questões sentimentais, mesmo quando incluídas no âmbito político. Sendo descrita como agente da “ditadura da carícia”, aquela “que domestica as feras” que transforma a zona eleitoral em um “pombal”, enfim, uma série de adjetivos, sempre ligados a candura e suavidade, formam a imagem da mulher eleitora. Agente passiva na condição que teria lhe sido concedida, o voto, desagregando suas lutas da conquista eleitoral.

É necessário salientar também que os estudos aqui apresentados tem um caráter exploratório, se propondo a uma investigação inicial da temática na fonte trabalhada, uma vez que não foram encontrados trabalhos acadêmicos explorando os conteúdos da Revista de Semana através do viés político, sendo mais recorrentes trabalhos sobre o como a revista faz uso de recursos fotográficos, moda ou a representação das profissionais de enfermagem.

Por todos estes aspectos pode-se concluir que as lutas pelos direitos femininos remontam de muito mais tempo do que se está habituado a crer, sendo influenciados por uma série de fatores, sejam eles morais, legais ou religiosos. No ano do centenário do sufrágio feminino no Reino Unido, o Brasil ainda figura como um dos países que ocupam o lugar mais baixo no ranking de representatividade feminina no poder executivo, concretizando os temores das ativistas de 1930 da falta de efetividade na inserção da mulher na esfera política e demonstrando que muito mais precisa ser feito.

Por consequência apreendemos que os direitos dos quais as mulheres atualmente usufruem, são frutos de uma longa história de lutas e conquistas, por vezes parciais, por vezes

definitivas, indicando que as mulheres de hoje - que um dia também serão figuras do passado, tais como Bertha Lutz, Carmen de Burgos e Zeyna Moreira Guimarães - nunca devem deixar de lutar, pois só assim terão contemplados seus objetivos. Se foi pelas conquistas do feminismo do passado que as mulheres de hoje exercem seus direitos, será pelo feminismo de hoje que as mulheres do futuro poderão assegurar e atingir novas conquistas.